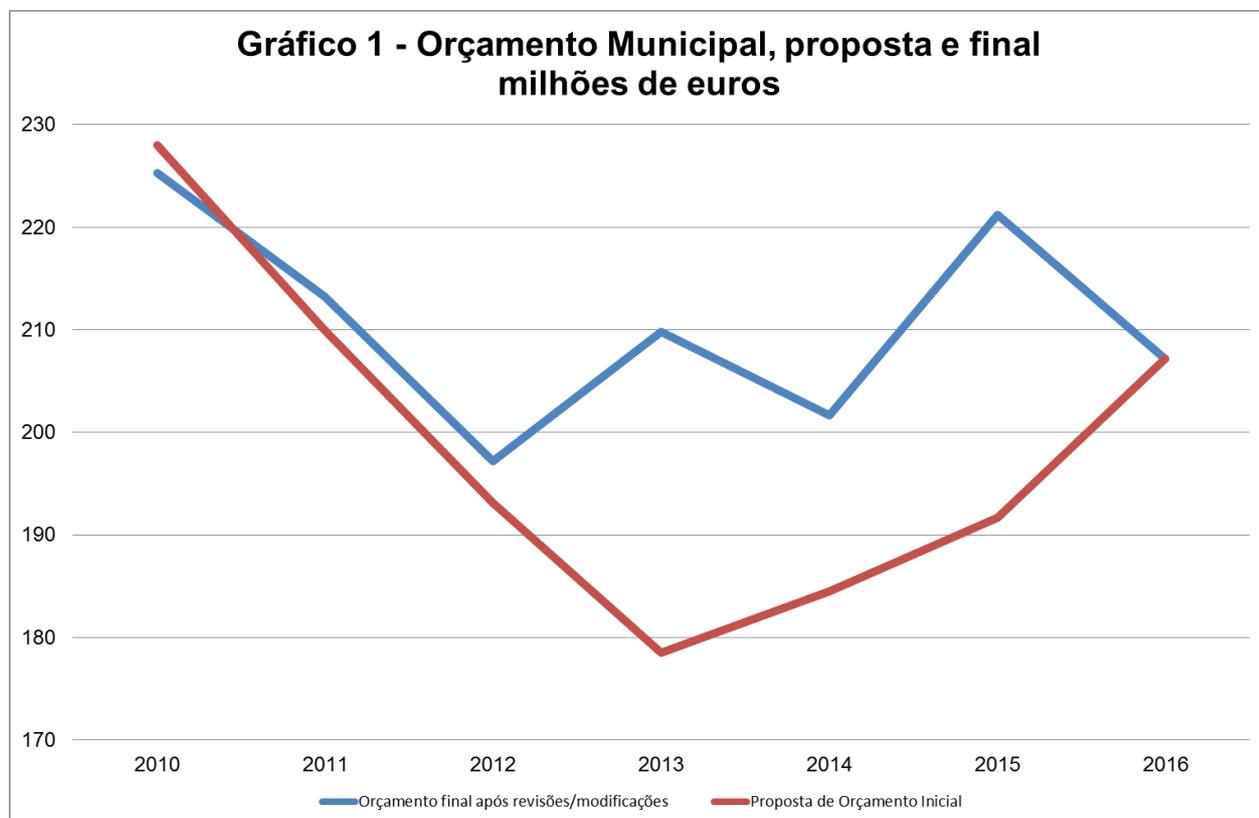


## CONFERÊNCIA DE IMPRENSA

*Análise à proposta de Orçamento da Câmara Municipal do Porto para 2016*

### **Um orçamento com 7 pecados mortais e que perpetua a “transição”**

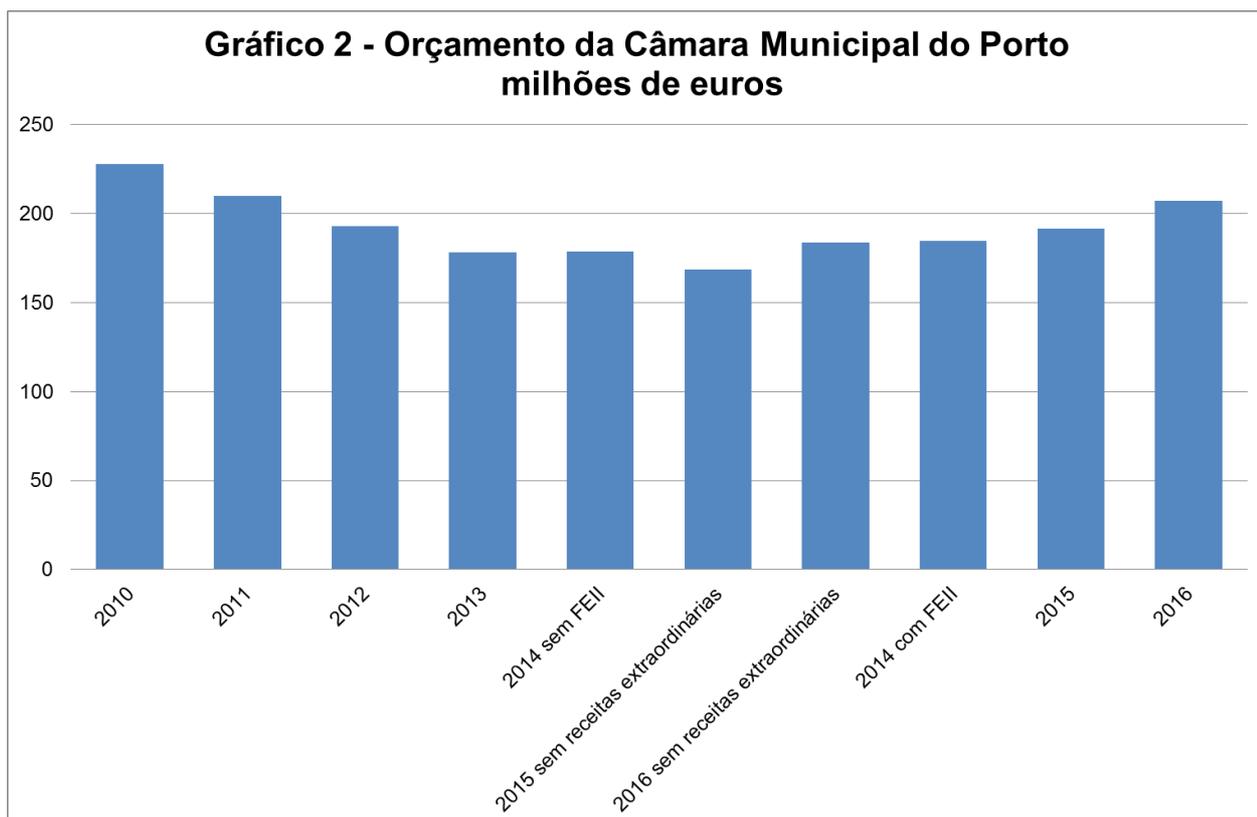
Amanhã, dia 30 de Outubro irá ser discutido e votado o Orçamento para 2016 do Município do Porto. Este é o terceiro orçamento da atual coligação Rui Moreira/CDS/PS. Longe vai a ideia de Rui Moreira apresentar um orçamento de base zero. O orçamento de «transição» parece ter vindo para ficar. Pouco mudou em relação à estratégia orçamental da anterior maioria PSD/CDS. Mantêm-se opções e linhas estratégicas. Algumas promessas eleitorais continuam sem tradução orçamental. Mas pior, este orçamento continua a revelar a falta de uma visão estratégica para cidade, a falta de um projeto mobilizador e ambicioso de transformação e de resposta aos problemas do despovoamento, da habitação, do desemprego, das desigualdades e das assimetrias que fraturam o Porto.



Esta afirmação não nos impede de reconhecer que este orçamento contém aspetos positivos que importa realçar, mesmo que consideremos que estes ficam aquém do

desejado, nomeadamente a recuperação do investimento municipal para os níveis do orçamento de 2012 (se expurgarmos a aquisição dos terrenos relativos ao acordo do Parque da Cidade), o reforço das transferências de capital provenientes dos fundos comunitários (aproveitando as candidaturas ao overbooking do QREN, as quais a CDU alertou e defendeu) e o reforço do quadro de pessoal.

Como já afirmamos aquando da discussão do relatório de gestão e contas de 2014, existem deficiências na elaboração do orçamento municipal, suas previsões e opções. Ao longo dos últimos anos, não só os orçamentos municipais receberam diversas modificações ao longo do ano, que alteraram a sua estrutura de receitas e despesas (o que se confirma com o Gráfico 1, que mostra a diferença entre as propostas iniciais de orçamento e os valores corrigidos finais), como depois não são cabalmente executados. Não conhecendo ainda os valores finais de execução do orçamento municipal do corrente ano, a taxa de execução do orçamento de 2014 foi uma das mais baixas dos últimos anos, apenas de 76,7%, o que significou um desvio orçamental de 47,1 milhões de euros. Nas contas que a CDU fez relativas aos anos de 2010 a 2014, ficaram por executar 173,3 milhões de euros, ou seja, desses cinco orçamentos aprovados, um na prática não foi executado. Provavelmente, o orçamento municipal para 2016 virá a ter destino similar.



A proposta de orçamento municipal para 2016 apresenta um valor global de 207,2 milhões de euros, um aumento de 8,1% face à de 2015, ou seja, mais 15,5 milhões de euros. Mas se tivermos em conta o orçamento corrigido de 2015, então a proposta apresenta um valor global inferior em 13,9 milhões de euros, uma redução de 6%. Não deixa de ser curioso

que no relatório orçamental, a coligação utilize para comparação algumas vezes o orçamento corrigido de 2015, quando lhe dá jeito. Ora compara propostas iniciais para dizer que existe uma redução do peso da despesa corrente na despesa total, ora utiliza o corrigido para justificar afinal que existe contenção na despesa corrente ao nível da aquisição de bens e serviços. Na verdade, se compararmos com o corrigido temos um aumento da despesa corrente de cerca de 1% e um aumento do peso da despesa corrente na total de 66% para 71%. A rubrica aquisição de serviços tem uma dotação de 49,2 milhões de euros, um dos valores mais elevados desde pelo menos o orçamento de 2010 e que representa 23,7% da despesa total prevista.

Importa também salientar o crescimento significativo da rubrica Estudos, Pareceres, Projetos e Consultorias, que aumenta mais de 1 milhão de euros, sendo um dos valores mais elevados desde o orçamento 2010. Por outro lado, só as despesas promocionais e publicitárias (já descontando anúncios e publicações obrigatórias), o jornal da Câmara e o seu site implicam gastos superiores a 493 mil euros, mais do que se gasta com o Departamento Municipal de Fiscalização ou com o Departamento Municipal Jurídico e de Contencioso.

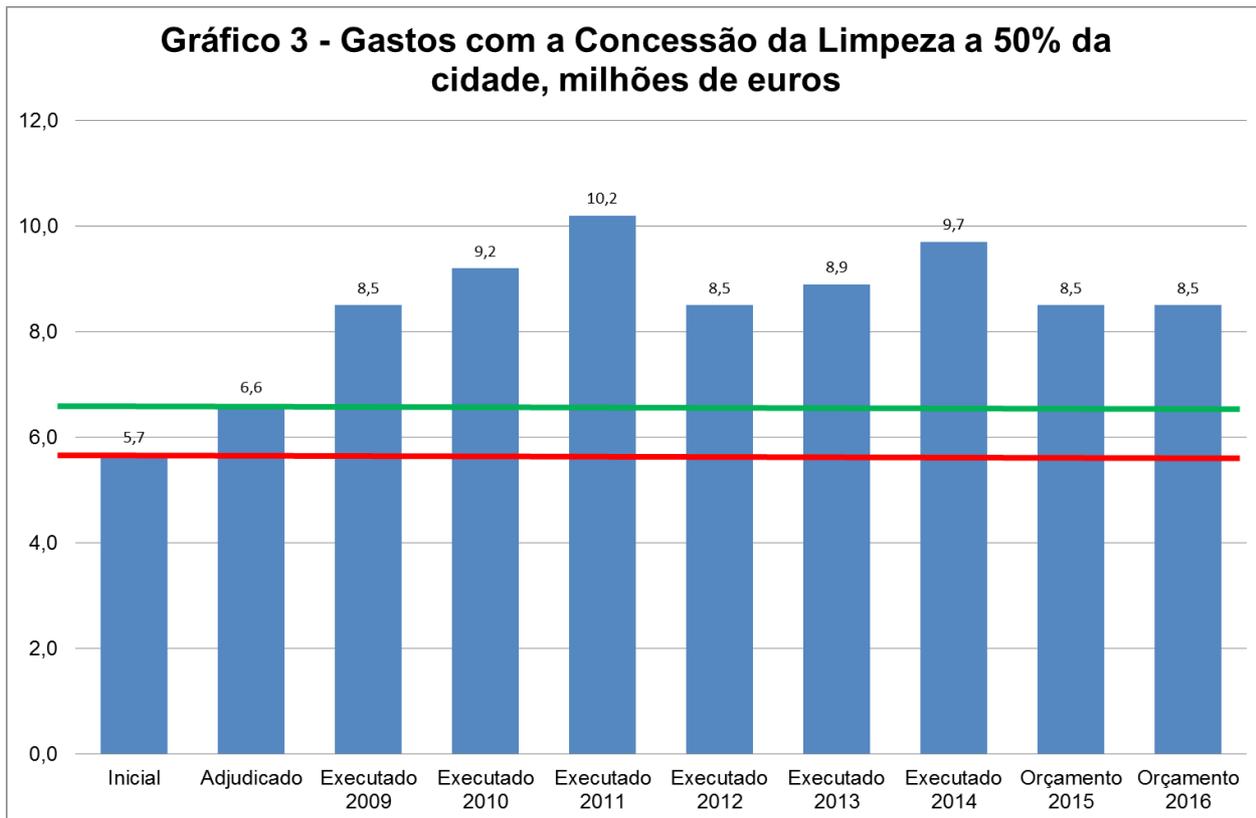
O valor do orçamento continua a ser empolado em 2016, com o peso das mesmas receitas extraordinárias já previstas em 2015 e que não foram executadas, com os 8 milhões de euros relativos à renda fixa da concessão do estacionamento da via pública e os 15,3 milhões de euros da venda das ações do Mercado Abastecedor. Este último aparece mais uma vez para compensar o facto de apenas 20% do valor previsto de alienação de imóveis municipais poder ser inscrito no orçamento. Expurgado deste efeito, o valor do orçamento seria de 183,9 milhões de euros, um valor que fica aquém dos orçamentos do início da década e inferior ao orçamento de 2012 (Ver Gráfico 2).

Apesar do aumento, **continuamos a ter um orçamento que fica aquém do desejado e necessário, onde o peso da subcontratação externa atinge um valor recorde**, sendo este o primeiro pecado mortal.

Ao nível da receita fiscal, nomeadamente ao nível dos impostos diretos, existe uma previsão de aumento da arrecadação de receita de 8,2 milhões de euros, quase 10% face a 2015. O que volta a aumentar o peso dos impostos municipais na receita total para 36,9%, o que confirma que a carga fiscal sobre os portuenses tem vindo a aumentar desde 2014. Neste âmbito importa referir **que a situação da taxa de IMI continua inalterada nos 0,36%**. A CDU irá de novo lançar a sua proposta para que se estude a possibilidade da descida desta taxa para os 0,35%, ao mesmo tempo que se utilizam todas as possibilidades de majoração e minoração da taxa oferecida pelo artigo 112º do Código do IMI, nomeadamente ao nível da promoção da reabilitação urbana e do arrendamento, assim como na penalização de prédios devolutos. A taxa de derrama mantém-se na mesma, com a manutenção da taxa máxima e de uma taxa reduzida de 1% para as empresas com menos de 150 mil euros de volume de negócios. Esta alteração introduzida no orçamento de 2015, tinha sido um compromisso eleitoral da CDU. Neste domínio importa recordar, que continuam por cumprir as promessas eleitorais de PS/Manuel Pizarro de reduzir a taxa de IMI para 0,3% ou de isenções totais e parciais na derrama municipal. Este é o segundo pecado mortal.

Outra promessa de Pizarro que cai por terra é a **concessão do estacionamento da via pública**, com a inscrição do lado da receita da adjudicação da mesma (14,4 milhões de euros). Esta foi a manutenção de mais uma opção de Rui Rio, a qual a CDU rejeitou e rejeita, pelas consequências diretas no custo de vida de quem reside no Porto, mas também de quem cá trabalha e estuda. Uma medida que avança para obter um encaixe financeiro e sem estar inserida numa qualquer estratégia de mobilidade. Este é o terceiro pecado mortal.

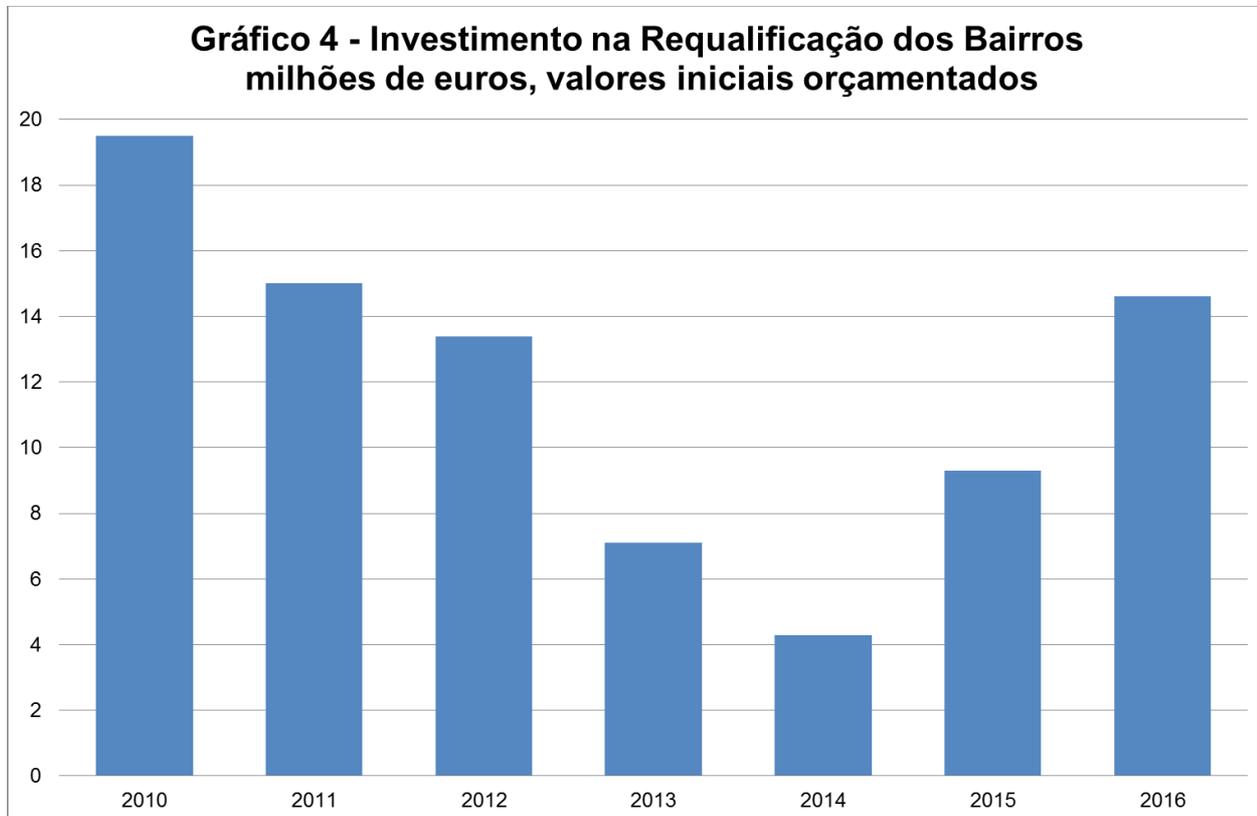
Na proposta de orçamento, tal como a de 2015, a possibilidade de manutenção da concessão de limpeza urbana parece estar em cima da mesa, uma vez que se inscreve uma dotação de 8,5 milhões de euros, prevê-se uma dotação ligeiramente superior para os próximos anos e não se vislumbra nenhum investimento no sentido da recuperação da capacidade dos serviços municipais, a fim de poder assegurar o serviço num cenário sem concessão após Setembro de 2016. A CDU alertou para esta situação, que se não se fizesse o investimento necessário para preparar o fim da concessão, a margem de manobra ficaria limitada. É de salientar, mais uma vez, que este foi um dos negócios ruinosos de Rui Rio e da anterior coligação PSD/CDS que governou a cidade. Tão ruinoso, que a extensão da concessão em mais 40% da cidade acabou por não se verificar, apesar da tentativa de avanço realizada no último mandato. Tendo em conta os valores orçamentados para 2016, se fossem cabalmente executados, podemos inferir que se gastou com a concessão mais 26,6 milhões de euros do que inicialmente previsto e mais 19,1 milhões de euros face ao adjudicado (Ver Gráfico 3). A CDU tudo fará para que a atual concessão não seja renovada, sendo o serviço de limpeza assegurado pelos recursos próprios do município. Este é o quarto pecado mortal.



Em simultâneo, **continuam por realizar várias promessas eleitorais**. A prioridade Campanhã, apesar de todos os projetos de que se fala continua sem dotação orçamental. As várias promessas relativas à utilização do antigo Matadouro Municipal, nomeadamente o Pólo Empresarial para dinamizar a zona oriental continua sem contar com qualquer rubrica, é importante que a perspectiva de venda do Edifício que chegou a estar contemplada nos orçamentos de 2014 e 2015, tenha sido abandonada, o que pode ter relação com anúncio do Museu da Indústria poder vir a ser aqui instalado. Em relação às ilhas, apesar de ser referenciado um programa de incentivos, continua a não haver nenhuma inscrição de dotações, nem qualquer sinal das negociações com o Governo, a que acresce o facto das obras na Ilha da Bela Vista, apesar já terem sido adjudicadas, continuarem ainda por iniciar. O canil municipal que já teve verba para o novo centro de recolha oficial em 2015 (200 mil euros), volta a ter a mesma verba inscrita para 2016, o que quer dizer que em 2015 não se conseguiu revolver esta situação. Este é o quinto pecado mortal.

A proposta de orçamento continua a manter a **intenção real de alienar imóveis municipais, terrenos e edifícios, num montante de 18,6 milhões de euros**, valor equivalente ao de 2015, se tirarmos o edifício do Matadouro (lembrar que no orçamento de 2012 e 2013, do tempo de Rui Rio, o valor dos imóveis a alienar rondava os 7 milhões de euros). Sendo certo que muitos destes edifícios encontravam-se na lista já em 2013, 2014 e 2015, a verdade é que não foram vendidos mais por falta de compradores em hasta pública apesar da vontade expressa da coligação Rui Moreira/CDS/PS em continuar de forma acelerada a senda Rui Rio de delapidação do património municipal, perdendo o

município a capacidade de utilizar o mesmo a favor das políticas municipais e até de encontrar formas alternativas para a sua rentabilização. Este é o sexto pecado mortal.



Ao nível dos principais **objetivos estratégicos**, a redução significativa de 7,1 milhões de euros na Reabilitação e Requalificação Urbana, que se operou em 2015, não foi invertida na proposta de orçamento para 2016, continuando esta prioridade a ter dotações que são menos de metade do orçado em 2013. A promoção do ambiente urbano mantém os níveis de compromisso de 2015, mas ficam mesmo assim aquém do que se registava em 2012. As ações de dinamização cultural têm um novo acréscimo de cerca de 280 mil euros, mesmo assim ficando longe das expectativas (a proposta da CDU é que estas verbas deviam representar 1,5% da despesa total), ao mesmo tempo que as verbas totais para a Cultura, reduzem o seu peso global no orçamento para 5%, descendo ao nível dos orçamentos de Rui Rio. A solidariedade social aumenta as verbas previstas em 2014, para níveis mesmo assim inferiores aos que existiam em 2012. Rubrica que incorpora 1 milhão de euros do Fundo Municipal de Emergência Social, que face aos valores e objetivos terá uma abrangência limitada, não tendo um impacto estrutural na situação social que se vive no Porto, onde o desemprego, a pobreza e a falta de acesso à habitação, continuam a ser três das principais questões no desenvolvimento social da cidade, das quais o Estado Central não se pode desresponsabilizar. Uma área do investimento municipal que também sofre uma importante redução e que foi uma prioridade eleitoral da CDU, tem a ver com os arruamentos, que têm um corte de 2,8 milhões de euros, depois do corte que já se tinha verificado de 2,5 milhões de euros no orçamento de 2015. Este é o sétimo pecado mortal.

Ainda dentro dos objetivos estratégicos, importa salientar o investimento na requalificação dos Bairros Municipais que sofre um acréscimo de 5,3 milhões de euros face ao orçamento de 2015 inicial, situando-se nos 14,6 milhões de euros, na sua quase totalidade no âmbito da candidatura ao programa Reabilitar para Arrendar (11,6 milhões de euros). Tendo a CDU se batido pela necessidade do aumento do investimento na grande requalificação, este é um passo positivo, embora continue a ficar aquém do necessário. Recuperam-se assim níveis de investimento inscritos no orçamento de 2011 (Ver Gráfico 4). A questão é que esta grande requalificação precisa recuperar dos baixos níveis de investimento entre 2013 e 2015, nomeadamente no orçamento de 2013, onde se suspenderam as obras de requalificação no valor de 9,7 milhões de euros, que têm vindo a ser desbloqueadas progressivamente desde 2014, mas que necessitavam de atingir valores próximos aos de 2009 e 2010. É ainda necessário que estes montantes, apesar de aquém das necessidades, sejam cabalmente executados. Importa salientar também, que tão importante como o investimento e a sua cabal execução, é o modelo de reabilitação seguida e aqui não parecem existir grandes diferenças face ao passado, aliás como está bem patente na reabilitação do que resta do Bairro S. Vicente de Paulo e nos bairros que integram o programa Reabilitar para Arrendar.

Outra situação que continua por resolver, também com tradução orçamental é a reabilitação do Mercado de Bolhão, que ficará para 2016, mas com dotações previstas para 2017 e 2018, o que parece dar a entender que obra não será concluída neste mandato, ao contrário daquilo que foi assumido por Rui Moreira e Manuel Pizarro. Importa esclarecer os motivos que levaram a que o custo estimado que poderia ascender a 17,25 milhões de euros, um valor próximo ao que tinha sido apresentado por Rui Moreira em campanha, tenha agora aumentado, somando aos 6,5 milhões de euros inscritos na proposta para 2016 do programa Mercator, mais 12 milhões de euros e 8,5 milhões euros em 2017 e 2018 respetivamente. Não sendo também nada dito sobre a possibilidade de cofinanciamento comunitário.

A CDU considera que este orçamento não contribui para a modificação do modelo de desenvolvimento da cidade, mantém prioridades do anterior executivo municipal e não cumpre de facto importantes promessas eleitorais apresentadas pelas candidaturas hoje coligadas nas últimas eleições autárquicas. Por isso, não serve a cidade, nem os portuenses.

A CDU considera que a nível local e nacional é necessária uma rutura com as políticas de direita. A CDU reafirma que existem alternativas. Podia-se ter efetuado uma redução da carga fiscal, por exemplo no IMI (para 0,35%), sem grandes consequências orçamentais. Havia margem para um programa de apoio ao movimento associativo popular (600 mil euros), proposta que a CDU irá reapresentar novamente neste orçamento. Havia margem para um programa de dinamização para cultura mais ambicioso. Havia espaço para aumentar ainda mais o investimento, reivindicando os compromissos face ao poder central, mas mesmo recorrendo à capacidade de endividamento da própria Câmara, aliás como se provou com o Programa Reabilitar para Arrendar. Mas mais importante já deviam estar em curso previsões de utilização de verbas do Portugal 2020/Norte 2020. Podiam-se poupar recursos, fundindo ou extinguindo empresas municipais ou reintegrando serviços de forma a aproveitar as competências existentes nos trabalhadores municipais. Podia-se maximizar

a receita ao nível da venda de bens e serviços municipais e a venda das habitações sociais aos seus inquilinos para gerar receita para a construção/reabilitação de nova habitação social. Podia-se combater o desperdício de dinheiros públicos herdado do passado. Podia-se abrir o caminho para a escolha de investimento em projetos estruturantes que contribuam para a melhoria das condições de vida da população e o desenvolvimento harmonioso da cidade, como o investimento em habitação social e a custos controlados e reabilitação urbana, potenciando parcerias com o sector cooperativo e em projetos âncora para alicerçar o desenvolvimento da cidade, sobretudo da zona oriental.

O que continua a faltar neste orçamento, como no de 2014 e 2015, é a ambição clara de romper o com atual modelo de desenvolvimento da cidade, de afirmar uma nova visão estratégica da cidade. O que temos é um orçamento que mantém opções gravosas. Face a esta apreciação da proposta de Orçamento para 2016 da Câmara Municipal do Porto e os sete pecados mortais apresentados, a CDU irá votar contra esta proposta.

Porto, 29 de Outubro de 2015

A CDU – Coligação Democrática Unitária / Cidade do Porto

Participam na conferência de imprensa os eleitos municipais da CDU Artur Ribeiro, Honório Novo e Pedro Carvalho.